

# Encaminhamento da 3ª fase da renegociação externa

A última semana foi marcada por sondagens das autoridades brasileiras junto às instituições financeiras internacionais e aos grandes bancos credores quanto à terceira fase do processo de renegociação da dívida externa. Os banqueiros preferem adotar uma atitude de reserva, considerando ainda prematuro falar sobre os termos da próxima renegociação, como afirmou o presidente do Comitê de Assessoramento, William Rhodes, mas já existem indicações bastante definidas sobre a direção que deverão tomar os entendimentos.

Dada a performance recente da economia brasileira, que os bancos credores conhecem tão bem, é aceita com tranquilidade a perspectiva de refinanciamento das amortizações do principal a vencer no período 1985/88. Como assinalou, em seu número de julho deste ano, a publicação *World Financial Markets*, do Morgan Guaranty Trust, o déficit em conta corrente do Brasil poderá situar-se, a partir de 1984, em US\$ 3 bilhões, mantendo a mesma tendência nos anos seguintes. Este

seria, em "dinheiro novo", o valor que, em média, os banqueiros teriam de fornecer ao País, por ano, no período que vai até 1988. Isto significaria que a "exposure" dos bancos credores em relação ao Brasil não aumentaria mais do que 3% ao ano, o que ficaria bastante abaixo dos aumentos previstos de seu capital.

Assim sendo, os bancos não se recusariam a reescalonar as amortizações que incidem no período, eliminando a "lombada" a que se referiu o ministro Delfim Netto (as amortizações sobem a mais de US\$ 12 bilhões, por ano, de 1986 a 1988). O perfil da dívida melhoraria consideravelmente, bem como a possibilidade de o País pagá-la, se a economia puder voltar a crescer a uma taxa anual próxima de 5%.

As negociações não poderiam parar aí, inclusive porque, para que este esquema funcione, será necessário que o País continue produzindo elevados superávits comerciais e que não tenha de arcar com uma carga muito mais elevada de pagamentos de juros.

Até agora, os banqueiros re-

sistem às propostas de capitalização, pelas quais os acréscimos nas despesas de juros, além de uma determinada taxa, seriam incorporados à dívida, deixando de ser saldados imediatamente. A alternativa, mais de seu agrado, seriam os co-financiamentos, nos quais os bancos se organizariam em consórcios, sob a égide do Banco Mundial, ficando este último com a responsabilidade de conceder novos financiamentos, a prazos mais longos, pelo excesso de despesas de juros.

As autoridades brasileiras não se mostraram muito receptivas à idéia, que amarraria os novos financiamentos ao Banco Mundial, tornando praticamente inviável a obtenção de novos créditos através da comunidade financeira privada. Talvez se os co-financiamentos constituíssem a exceção, e não a regra, como se presume que iria ocorrer, vantagens mais significativas poderiam ser obtidas junto aos bancos internacionais em termos de redução de "spreads".

De qualquer forma, tudo vai depender das negociações dos

grandes bancos com o México, a partir da próxima semana. Dada a melhora de suas contas externas, o Brasil terá certamente condições de pleitear tratamento semelhante ao que for conferido àquele país. O fato de estar próxima a mudança do governo brasileiro não deverá ter uma influência muito relevante sob esse aspecto. É compreensível que os banqueiros se mostrem preocupados com a perspectiva de alteração da política econômica, mas, se eles endurecerem o jogo com o País, estarão dando uma demonstração de má vontade que poderá vir a lhes custar muito caro.

De outra parte, devem ainda ser levadas em conta as gestões que os países que participaram da conferência de Cartagena vão desenvolver de ora em diante, acertando uma posição comum a ser defendida na assembléia conjunta do FMI/Banco Mundial em setembro. Embora não se preveja um confronto, serão maiores as pressões para que os credores, particularmente os bancos americanos, ajam com mais flexibilidade, como já se mostram dispostos os europeus.